



[Handwritten signature]

Assembleia de Freguesia de Arruda dos Vinhos

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2020

ATA N.º 1 / 2020

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte, reuniu em sessão ordinária, pelas 16 horas e 15 minutos, no Auditório Municipal de Arruda dos Vinhos, a Assembleia de Freguesia de Arruda dos Vinhos sob a presidência do Sr. Telmo Romão Bruno Lopes, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um: Atividade e situação financeira da freguesia: Presente informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, nos termos da alínea e) do nº2 do art. 9 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação e discussão;-----

Ponto Dois: Apresentação, discussão e votação dos documentos referentes à prestação de contas da Junta de Freguesia referente ao ano de 2019;-----

Ponto Três: Apresentação, discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental de 2020;-----

Ponto Quatro: Análise, apreciação e votação ao Regulamento de Taxas e Licenças da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos;-----

Ponto Cinco: Análise e apreciação do Programa de Apoio à Retoma da Economia Local e Famílias da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos;-----

Ponto Seis: Outros assuntos de interesse da Freguesia;-----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: Simão Mendes (PS), Segundo Secretário; Raquel Pinhal (1ª Secretária ad-hoc); Cláudia Virtuoso (PS), José Carlos Oliveira (PS) Francisco Barata Mendes (PS), Raquel Pinhal (PS), Mafalda Vale (PS), Sandro Silva (PS), Patrícia Bernardo (PSD), Quintino Mantas (PSD), Carlos Pires (CDU), António Santos (PS). Esteve ausente a Sra Maria Dinis (PS).-----

Antes de dar início à ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes, indicando que esta assembleia se realiza à porta fechada e com o distanciamento social necessários entre todos os presentes, fazendo cumprir as regras necessárias ao funcionamento da sessão em virtude da pandemia Covid-19. Informou ainda que foram tomadas diligências para a participação dos fregueses que quisessem questionar o executivo da junta, através do envio de questões por email, no entanto não se recebeu nenhuma participação de munícipe. Recordou que a presente sessão agrega as sessões ordinárias de Abril e Junho, mediante parecer favorável da DGAL nesse sentido.-----

Não existindo questões do público, foi dada a palavra aos presentes, tendo-se inscrito o Sr. Sandro Silva, dando nota que a documentação para a reunião foi enviada tardiamente, pedindo que o processo de envio fosse mais célere. Apresentou como sugestão a transmissão em direto das reuniões de Assembleia



Assembleia de Freguesia de Arruda dos Vinhos

através das redes sociais e Youtube, tornando os trabalhos mais visíveis e transparentes à população. Questionou ainda o executivo da Junta de Freguesia sobre o processo da obra do edifício Sede, o ponto de situação das remodelações e desinfecções recorrentes dos parques infantis e congratulou o executivo pelo envio da missiva aos CTT em sinal de protesto pelos serviços prestados à população e a criação das medidas de apoio ao comércio tradicional pela criação dos vales. Em resposta às recomendações, o Sr. Presidente da Assembleia indicou que a transmissão das Assembleias já teria sido ponderada para a presente sessão, no entanto não existiam condições técnicas e de áudio que permitissem a realização da mesma, tendo sido auscultados todos os representantes partidários para a viabilização desta sessão em modo presencial, esperando que seja a última reunião à porta fechada e sem presença de público.-----

Finda a sua intervenção, tomou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Fábio Morgado agradecendo a presença de todos nesta situação particular devido à pandemia. Apesar de já terem sido realizadas transmissões em direto das reuniões de executivo, os meios técnicos para a mesma são mais simplificados pelo número de pessoas em questão em comparação com a reunião de Assembleia de Freguesia, referindo que os meios que a Junta detém são insuficientes para a realização de uma reunião de Assembleia. De seguida, referiu que, no que concerne às obras de requalificação do edifício Sede, se prevê que as mesmas terminem em setembro/outubro, trazendo melhores condições para a população e para as empresas de Arruda. Referiu que algumas das obras dos parques infantis pararam devido à pandemia e que em parceria com o Município têm-se realizado ações de desinfecção diárias aos parques, tendo um funcionário exclusivamente destacado para este efeito. Relativamente à questão dos CTT, o executivo apresentou uma reclamação junto do Conselho Executivo pelos atrasos constantes da correspondência em Arruda, inclusive a perda e extravio de documentos como provas de vida, pois, a população pede a colaboração da Junta para tentar resolver este problema. A base deste problema decorre da falta de recursos humanos presentes no posto CTT de Arruda. -----

Não havendo mais questões, o Presidente da Assembleia de Freguesia colocou a Ata nº 4/2019 a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com uma abstenção, do Sr. Quintino Mantas (PSD), com fundamento de não ter estado presente à data da referida assembleia. De seguida, procedeu-se à votação da Ata nº 5/2019, tendo sido aprovada com uma abstenção, do Sr. Quintino Mantas (PSD) justificando que não estava presente à data da mencionada reunião.-----

De seguida, passou-se à Ordem de Trabalhos, ao Ponto Um, no qual o Presidente da Assembleia indicou que o documento em apreciação era meramente informativo, interrogando os presentes se existiriam algumas questões. Não havendo nenhuma inscrição, de imediato, passou-se ao Ponto Dois, tomando da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que descreveu que os documentos enviados eram o reflexo das contas da Freguesia, tendo cumprido um grau de execução de 99,7% ao nível da receita, com uma perda de receita justificada pela perda dos licenciamentos de canídeos e uma taxa de execução de despesa de 84,4%, sendo que grande parte da mesma, decorre das despesas fixas com o pessoal.-----



#21



Assembleia de Freguesia de Arruda dos Vinhos

Usou da palavra, a Sra Patrícia Bernardo (PSD) que apresentou questões à análise do orçamento, interpelando o aumento da rubrica da central de compras e o aumento da rubrica dos licenciamentos e taxas, perguntando a que se deve este aumento das referidas rubricas. O Sr. Presidente da Junta esclareceu que o aumento das rubricas mencionadas decorre do aumento do número de atestados que são passados aos fregueses, e o aumento da verba da central de compras advém do aumento dos consumos, daí a necessidade de aumento da rubrica em questão. De seguida, submeteu-se o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos contra do Sr. Quintino Mantas (PSD) e Patrícia Bernardo (PSD), que apresentaram declaração de voto anexa a esta ata.-----

Seguiu-se o Ponto três, no qual o Sr. Presidente da Junta fez uma introdução ao tema apontando a existência de saldo transato do ano anterior que foi aplicado nas obras do edifício sede. Após a sua apresentação, usou da palavra, o Sr. Sandro Silva (PS) que apresentou as suas considerações sobre a passagem de saldo do ano anterior, deixando claro que o executivo não deixara de realizar as propostas a que se tinha comprometido e mesmo assim deixou saldo remanescente. Questionou ainda, qual a despesa a realizar na rubrica Serviços. A Sra Patrícia Bernardo (PSD) apontou o excedente orçamental como algo positivo, no entanto questiona o executivo quanto à sua utilização, uma vez que este excedente representa 20% do valor total do orçamentado da requalificação do edifício sede, privilegiando-se as obras do edifício sede em vez de se colocar o referido valor, junto da população afetada e com mais necessidades em virtude da pandemia. O Sr. Presidente da Junta, agradece em nome do executivo as palavras dirigidas sendo que é sempre aprazível a existência de saldo positivo transato sem deixar nenhum projeto ou iniciativa por realizar. Esclarece ainda que as obras do edifício sede com maior intervenção concentram-se nas áreas onde são prestados serviços à população, e que o aumento de valor para o cabaz social fornecido pela Junta, iria ser doado aos fregueses mais necessitados com produtos de proteção individual e de combate à pandemia através de um trabalho em rede com o Município, sendo da responsabilidade do Município, a sinalização das famílias necessitadas. Indicou ainda a existência de um aumento da rubrica de apoios às associações, famílias e empresas, continuando assim a apoiar o maior número de pessoas. A atribuição de produtos de higiene e desinfeção nas escolas também teria aumentado uma vez que estes são atribuídos pela Junta de Freguesia, tendo a rubrica em questão registado um aumento proporcional. A Sra. Patrícia Bernardo (PSD) questiona se o executivo considera que as medidas que foram tomadas são suficientes, uma vez que injetar 35000€ em obras num ano com tantas dificuldades não lhe parece razoável. Em resposta, o Sr. Presidente da Junta, esclarece que a Junta de Freguesia não tem um papel preponderante na ação social, sendo essa responsabilidade do Município e do Estado Central, não podendo nem devendo a Junta substituir-se a estes. No entanto, criaram-se estas medidas de apoio complementar às famílias, consciente das limitações e do equilíbrio orçamental da Freguesia, cumprindo as suas competências atribuídas legalmente. O executivo estará sempre pronto para se adaptar face às necessidades iminentes da população, mas neste momento as opções que foram



HHL

Assembleia de Freguesia de Arruda dos Vinhos

tomadas, são as mais equilibradas. Estando reunidas as condições para a votação do ponto, colocou-se o mesmo a votação, tendo sido aprovado por maioria com dois votos contra do Sr. Quintino Mantas (PSD) e da Sra. Patrícia Bernardo (PSD) com declaração de voto anexa à presente ata e um voto de abstenção do Sr. Carlos Pires (CDU).-----

De seguida, iniciou-se o Ponto Quatro, onde o Sr. Presidente da Junta fez uma breve apresentação, indicando que as taxas a aplicar em atestados para programas de ação social, deixam de ser aplicadas, passando os mesmos a ter custo zero aos fregueses que os requeiram. Tomou da palavra o Sr. Carlos Pires (CDU) que questionou o tipo de atestados de cariz social estava o executivo a referir-se, tendo o Sr. Presidente esclarecido a questão. Não havendo mais questões, o Ponto Quatro é colocado a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

Seguiu-se o Ponto Cinco da ordem de trabalhos, no qual o Sr. Presidente da Junta fez uma breve apresentação do programa de apoio à retoma da Economia Local, sendo este um programa de resposta à presente situação pandémica, apoiando assim a economia local e as famílias arrudenses. O programa EU COMPRO EM ARRUDA tem uma verba de três mil euros, podendo esta quantia aumentar. Os pagamentos efetuados na Junta de Freguesia equivalem a vouchers a serem descontados nos estabelecimentos comerciais que aderirem ao programa. Outros programas e iniciativas, como + ECONOMIA + ARRUDA, a isenção de atestados de acesso a apoio social, o apoio à cultura através da Start Up Cultural e a abertura de seis candidaturas ao abrigo do IEFP complementam este programa de apoio à retoma. De seguida, usou da palavra o Sr. Carlos Pires (CDU), que questionou o executivo sobre os contratos de emprego e inserção sobre a sua periodicidade e se era intenção do executivo, de contratar os referidos candidatos após término do programa. De seguida, a Sra. Patrícia Bernardo (PSD) pergunta se os vouchers têm o valor monetário de cinco e quinze euros, e que a informação dos mesmos não está explícita nas redes sociais da Freguesia. Questiona ainda se as empresas têm demonstrado algum interesse no programa +ECONOMIA + ARRUDA, e se os contratos de emprego e inserção vão permitir a diminuição de trabalhos contratados a empresas externas, e ainda, onde será aplicado o valor de 1500€ atribuídos à Cultura e que medidas estão a ser adotadas para divulgar os artistas que ficam incubados na Start Up Cultural. O Sr. Sandro Silva (PS) congratula o executivo pelas medidas adotadas, indicando que algumas delas, poderão até mesmo ser pioneiros na sua implementação. Relativamente aos contratos de emprego e inserção realça a importância dos mesmos para que as pessoas não percam os seus rendimentos e recomenda uma melhoria nas iniciativas online de divulgação dos artistas, e relativamente ao eventual novo projecto referido pelo Sr. Presidente questionou se não poderiam ser dadas mais informações aos membros da Assembleia. A Sra. Patrícia Bernardo (PSD) questionou ainda o executivo relativamente à rubrica “Prémios, Condecorações e Ofertas”, onde é que esta verba estaria a ser gasta. Congratulou ainda o executivo pela diminuição de verbas nas rubricas “Conservação de Bens”, “Estudos, Projectos e Consultadoria” e “Seguros”, tal como o PSD teria anteriormente indicado. De seguida, o Sr. Presidente da Junta, respondeu às questões que lhe



AS

Assembleia de Freguesia de Arruda dos Vinhos

foram colocadas, informando que a abertura de contratos é para suprir necessidades temporárias, uma vez que o estaleiro parou e existem muitos trabalhos em atraso, não havendo perspectiva de contratação futura e integração nos quadros permanentes da Junta, até porque para esse efeito, tem de se realizar através de abertura de concurso público. Relativamente à atribuição de vouchers, informa que o executivo tabelou os montantes dos vouchers aos valores dos atestados, pelo que não existe perda ou excedente de valor e que iria rever a publicação efetuada tornando a questão levantada mais explícita. Os contactos junto das empresas foram realizados, tendo só algumas empresas aderido, no entanto, acredita que numa segunda fase de implementação do programa e com novos contactos, que mais empresas possam aderir. Os contratos que irão ser efetuados são a partir do IEPF, pelo que Junta de Freguesia não tem conhecimento das capacidades singulares de cada um, ao que irá adaptar as suas necessidades consoante as competências individuais de cada pessoa, não podendo comprometer-se com a não aquisição de serviços a terceiros.-----

Seguiu-se o ponto seis, tendo o Sr. Presidente da Junta esclarecido que os atrasos de obras do estaleiro devem-se ao facto do mesmo ter fechado pela situação epidemiológica, obrigando a um esforço excecional em virtude de novas exigências de adaptação a todas estas novas medidas e situações, pelo que o Executivo saúda todos os funcionários, serviços e estaleiro, expressando publicamente o agradecimento a todos eles. Comunica ainda que todos os serviços ligados à Cultura pela Junta de Freguesia constam no novo site (cultura.freguesia-arruda.pt).-----

Foi ainda deliberado por unanimidade a aprovação em minuta de ata dos pontos 2, 3 e 4-----
---Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada esta Assembleia pelas dezoito horas e dez minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia

Telmo Romão Bruno Lopes

O 2º Secretário

Simão Mendes Carvalho

Declaração de Voto

Os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia de Arruda dos Vinhos analisaram detalhadamente os documentos referentes à prestação de contas da Junta de Freguesia referente ao ano de 2019. Os principais projetos onde a JFAV investiu foram: parques infantis e obras e instalações, nomeadamente no edifício sede e na Start-up cultural.

No entanto, ao esmiuçar o Plano Plurianual de Investimentos-PPI, observa-se que em nenhum dos objetivos a execução foi superior a 61%. Nestas fracas execuções, são de destacar:

1. A conservação e manutenção de bermas, valetas e calçadas que teve, no ano de 2019, uma execução de 27%. O valor orçamentado para este objetivo, tão essencial nas competências de uma junta de freguesia, já era mínimo, no valor de 1.000€. Ou seja, em 2019 a JFAV gastou 270€ na conservação e manutenção de bermas, valetas e calçadas;
2. O Objetivo 242: caminhos, sinalização e investimento, teve a ridícula execução de 17%. Em termos absolutos, esta execução significa que em 14.000€ previstos, executaram 2500€.

Num ano em que a JFAV viu as suas receitas aumentadas, aumento proveniente da CMAV e por esta tão anunciado, conclui-se que este aumento não acrescentou nada naquilo que é o papel estruturante que a junta de freguesia deve ter na comunidade. Este aumento transitou para o ano seguinte. Assim sendo, de nada serve a CMAV cortar nos seus próprios investimentos para transferir para a JFAV se esta, por sua vez, não os executa.

Está visto que a JFAV definiu uma estratégia para o seu mandato. Nós, PSD, ao longo destes últimos dois anos, temos vindo a alertar para a necessidade de trabalhar áreas como: caminhos, associações, famílias e ação social. Ora, conclui-se com a execução de 2019, ano em que as receitas aumentaram na ordem dos 30.000€, que a JFAV não executa nem o que o PSD considera fundamental, nem a visão estratégica do próprio executivo.

Por tudo isto, os eleitos do PSD nesta assembleia de freguesia votam contra os documentos propostos.

Declaração de Voto

Os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia de Arruda dos Vinhos analisaram o documento referente à 1ª Revisão Orçamental de 2020. Neste documento, destaca-se um reforço de 35.424,90€ na rubrica Instalações de serviços. Rubrica esta que já tinha orçamentado, para o ano de 2020, 23.500€ e que apresenta agora um total de 58.924,90€.

Citando o executivo da JFAV: “Apesar de uma retoma que se quer rápida, mas ainda longe de ser concluída, todos os esforços desta Junta de Freguesia, até ao final do ano, serão vocacionados para apoiar quem mais precisa, relegando para segundo plano iniciativas e atividades que, num ano típico seriam centrais [...]”. Neste aspeto, concordamos com tudo o que foi dito, uma vez que o caminho certo é, de facto, atenuar ao máximo as dificuldades que os nossos fregueses estão a atravessar, devido à pandemia da Covid-19,

No entanto, não concordamos que as ações deste executivo vão contra as suas palavras. Isto é, não concordamos com a opção do executivo de investir o excedente orçamental do ano de 2019 em obras não urgentes no edifício sede, quando haveria outras hipóteses, tais como:

1. Auxiliar famílias carenciadas a pagar as faturas da água e da eletricidade;
2. Criar e atribuir bolsas de estudo a jovens carenciados;
3. Melhorar o sistema de *vouchers* para apoiar ao comércio local, oferecendo o dobro do valor gasto em serviços da JFAV.

Estes são apenas alguns exemplos das muitas coisas que podiam ser feitas em prol da comunidade, nestes tempos tão difíceis, com os mesmos 35.000€.

Por tudo isto, os eleitos do PSD nesta assembleia de freguesia votam contra o documento proposto.

